

ORÇAMENTO SECRETO

Pacheco tenta destravar emendas

Senador busca liberar execução das RP9, vetada pelo STF, e diz ao ministro Luiz Fux que verbas terão transparência

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), busca dialogar com o Supremo Tribunal Federal (STF) para conseguir a liberação da execução das emendas do relator, as RP9, também conhecidas como “orçamento secreto”. Ontem à noite, o parlamentar se reuniu com o presidente da Corte, Luiz Fux.

“Precisamos destravar o orçamento. Essa é a razão da minha busca de diálogo com o Supremo. Primeiro, com o presidente, é natural, mas, na sequência, em especial, com a ministra Rosa Weber, relatora da matéria, para mostrar qual é o nosso intuito”, disse Pacheco, após o encontro. Na semana passada, o STF confirmou a liminar de Rosa Weber que suspendeu a liberação de verbas das RP9, utilizadas pelo governo para barganhar apoio no Congresso.

“É muito importante que haja essa interlocução entre o Congresso Nacional e o STF para tratar de um tema que vai além dos interesses de cada um dos Poderes, mas atinge a sociedade brasileira, haja vista que estamos tratando do Orçamento público”, argumentou Pacheco. “Há necessidade de os recursos chegarem a tempo a todos os cantos do Brasil. São 210 milhões de brasileiros que querem ver o Orçamento executado em favor da sociedade.”

Segundo ele, o “impasse” tem reflexos substanciais nos municípios. “O caminho processual é até menos relevante. Temos de dar uma clareza ao Supremo do

Memória

Lira também procurou STF

Na semana passada, foi o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que se reuniu com o presidente do STF, Luiz Fux, para tratar do bloqueio às emendas do relator. O deputado, assim como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, diz que busca alternativas para voltar com as RP9. Uma das possibilidades é apresentar embargos de declaração para esclarecer a decisão de Rosa Weber. Pelo entendimento da ministra do STF, avaliado por 8 votos a dois pelo plenário da Corte, o Congresso Nacional e o governo federal devem adotar medidas de transparência para realizar a distribuição dos recursos.

que é a realidade do orçamento público a essas emendas do relator e fazer as propostas que nós temos”, frisou.

Pacheco defendeu a elaboração, pelo Congresso, de um projeto de resolução, a fim de definir, a partir de agora, os critérios adotados pelo relator em relação a cada emenda e a importância desses recursos para cada município brasileiro, com o máximo de transparência possível, que leve em conta a decisão de Rosa Weber.

“O mais importante é que a aferição da indicação dos recursos possa ser acompanhada pelo Ministério Público, pela Polícia Federal. No caso do desvio de qualquer rubrica, isso

é papel das instâncias investigatórias, mas não adotar regra que impeça a aplicação do Orçamento. Não podemos pegar a presunção de má-fé para estabelecer regra. Essa é a razão do diálogo para destravar o Orçamento”, ressaltou.

Defesa

O senador avaliou ser plenamente possível a elaboração de emendas do relator, individuais, de comissões e de bancadas a partir de um critério político, ao mesmo tempo em que se reconhece a razão de ser da decisão do STF, que busca, sobretudo, a transparência. “Nosso intuito é o cumprimento da decisão e apresentar um modelo mais inovador, o mais transparente possível, com um projeto de resolução das duas Casas. Há um impasse, e é importante resolver, porque tratamos de orçamentos públicos, o que significa remédios nos hospitais, cirurgias eletivas, recursos para a educação, pavimentação, desenvolvimento regional, benefícios de servidores públicos”, elencou. “É importante encontrarmos o caminho para a solução do impasse, pois precisamos retomar o crescimento, as políticas públicas e, por isso, precisamos destravar o Orçamento, apresentar alterações de ordem legislativa para permitir que a decisão do STF seja materializada no Orçamento de 2020. (...) A decisão do Supremo acaba sendo um instrumento de reflexão para que possamos dar mais transparência às emendas do relator.” (Com Agência Senado)

Nelson Jr./SCO/STF



Pacheco se reuniu, ontem, com Fux: busca para resolver “impasse”



O mais importante é que a aferição da indicação dos recursos possa ser acompanhada pelo Ministério Público, pela Polícia Federal”

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado

Proposta de força-tarefa

» TAINÁ ANDRADE

O subprocurador geral Lucas Rocha Furtado acionou, mais uma vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) para que investigue as emendas do relator e identifique os responsáveis pela distribuição dos recursos. Ele sugeriu que a Corte e o Ministério Público Federal (MPF) formem uma força-tarefa para conduzir as apurações.

Para Furtado, a prática de execução de emendas do relator inviabiliza o controle público, tanto administrativo quanto social, além de abrir a possibilidade para acordos informais, que fogem da esfera republicana. “Que se confirme o que todos acham: para os amigos, tudo; para os inimigos, nada? Pode ser assim? Isso seria um crime e ato de improbidade. Somente com essa fiscalização, saberemos. Por isso, proponho a força-tarefa, para que a resposta seja dada pelo MPF”, afirmou.

O subprocurador explicou que os princípios básicos da administração pública devem ser respeitados no trato do dinheiro público, caso contrário afetam questões além das fiscais. “Lembro que o orçamento é dinheiro público, então todos os princípios devem ser atendidos, como moralidade e impessoalidade. Foram atendidos? A leitura de jornais diz que não”, ressaltou.

O MPF informou que ainda não teve acesso a todo o material, por isso não se manifestaria.

Canal 9.3 Conectada com você.

DIFERENTE

Moderna, verdadeira e inspirada na nossa gente, chegou a TV Câmara Distrital. A primeira TV aberta de caráter público do Distrito Federal, com 24h de conteúdos e uma programação com muita notícia, cultura e informação de qualidade. A TV Câmara Distrital é mais um importante canal de transparência, para que você acompanhe o trabalho da CLDF. Assista à TV que tem a cara do DF.